



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROV - 62013

Código de validação: A2BF985446

Dispõe sobre o requerimento direto ao Poder Judiciário das Medidas Protetivas de Urgência previstas pela Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

O DESEMBARGADOR CLEONES CARVALHO CUNHA, CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no exercício de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 32 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Maranhão), e pelo artigo 30 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 226, §8º, dispõe que o Estado assegurará à assistência a família, criando mecanismo para coibir a violência no âmbito de suas relações;

CONSIDERANDO a necessidade de ações afirmativas do Poder Judiciário, na qualidade de Poder Público, no sentido de garantir o efetivo exercício dos direitos humanos das mulheres, em especial à vida, segurança, saúde, liberdade, dignidade e acesso à Justiça, dentre outros, nos termos do art. 3º e parágrafos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

CONSIDERANDO que o “*jus postulandi*” é acolhido na legislação pátria em situações excepcionais com expressa disposição legal, sem ofensa ao exercício da Advocacia e Defensoria Pública como funções essenciais à Justiça;

CONSIDERANDO que as Medidas Protetivas de Urgência previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) tratam de tutela de urgência de natureza cautelar e podem ser requeridas ao juiz diretamente pela ofendida, prescindindo de advogado na solicitação inicial, conforme artigos 19 e 27, do mesmo diploma legal;

CONSIDERANDO que os atos de violência doméstica e familiar cometidos contra a mulher ocorrem principalmente em horários noturnos e finais de semana, evidenciando-se a necessidade de se conceder efetividade e celeridade ao requerimento da vítima formulado em Plantão Judiciário, com fulcro no art. 59, IV do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça e garantias constantes na Lei Maria da Penha;

RESOLVE:

Art. 1º As mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, nos termos do art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), poderão se encaminhar diretamente ao órgão competente do Poder Judiciário, em horário normal de expediente ou durante o Plantão Judicial, desacompanhadas de advogado, para solicitar as Medidas Protetivas de Urgência previstas nos artigos 22, 23 e 24 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

§ 1º O órgão do Poder Judiciário, por meio da Secretaria Judicial com competência ordinária ou do servidor plantonista, fornecerá modelo de requerimento de Medidas Protetivas de Urgência, constante no anexo I deste Provimento, a ser preenchido e assinado pela vítima requerente, que poderá ser a rogo, com a colocação da digital,



**Estado do Maranhão
Poder Judiciário
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

caso se trate de mulher analfabeta.

§ 2º Cumprido o disposto no parágrafo anterior, será o pedido distribuído e encaminhado imediatamente ao juiz que o apreciará e nomeará advogado dativo ou defensor público para acompanhar o caso.

Art. 2º Eventuais dúvidas decorrentes da aplicação deste Provimento devem ser dirigidas e dirimidas pela Corregedoria Geral da Justiça.

Art. 3º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
Corregedor-geral da Justiça
Matrícula 13557

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 03/05/2013 10:27 (CLEONES CARVALHO CUNHA)

ANEXO I
EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO

01 – DADOS DA REQUERENTE:

NOME: _____,
RG _____ CPF _____,
DATA DE NASCIMENTO _____, ESTADO CIVIL _____,
PROFISSÃO _____ ENDEREÇO _____

vem, perante Vossa Excelência, requerer **MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA** em virtude dos atos de violência doméstica e familiar descritos em anexo, praticados por

02 – DADOS DO REQUERIDO:

NOME: _____,
 RG _____ CPF _____,
 DATA DE NASCIMENTO _____, ESTADO CIVIL _____,
 PROFISSÃO _____ ENDEREÇO _____,
 RENDA MENSAL ESTIMADA _____.

03 - RESUMO DOS FATOS:

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and extend across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

ANEXAR CÓPIAS DE RG e/ou; CPF (caso possível); CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS (SE HOUVER); CONTRACHEQUE DO REQUERIDO (SE O MESMO POSSUIR); B.O (DE FATOS ANTERIORES);

COMPROVANTES DE PROPRIEDADE DE MÓVEIS DANIFICADOS E IMÓVEIS; FORNECER NOME E ENDEREÇO DE TESTEMUNHAS PARA SEREM OUVIDAS EM AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO

04 - MEDIDAS PROTETIVAS REQUERIDAS	
	Suspensão / Restrição do porte de armas do agressor.
	Afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência.
	Não aproximação da ofendida, de seus familiares e testemunha.
	Proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas, inclusive contato telefônico e mensagens.
	Proibição do agressor de freqüentar os seguintes locais:
	Restrição ou suspensão de visitas aos filhos menores.
	Prestação de alimentos provisionais para a requerente () e/ou filho(s) menores ()
	Encaminhamento da ofendida () e dependente(s) () a programa oficial de proteção e atendimento.
	Recondução da ofendida e dependente(s) ao lar após afastamento do agressor.
	Afastamento da ofendida do lar, domicílio ou local de convivência, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos.
	Restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida.
	Proibição temporário para celebração de contratos de compra e venda e locação de bens de propriedade comum
	Estabelecimento de caução provisória mediante depósito judicial por perdas e danos materiais decorrentes da violência domestica sofrida.
	Garantia de proteção policial.
	Encaminhamento à entidade hospitalar e ao Instituto Médico Legal.
	Transporte da ofendida seus dependentes para local seguro, havendo risco de vida.
	Acompanhamento da ofendida na retirada de seus pertences do local da ocorrência ou do domicílio familiar.
	Suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor.
	OUTROS:

Nestes Termos, Aguarda Deferimento

Requerente

FORMULÁRIO DAS TESTEMUNHAS (OPCIONAL)

TESTEMUNHA 1:

NOME:
RG/CPF:
IDADE:
ESTADO CIVIL:
PROFISSÃO:
ENDEREÇO
TELEFONE:

TESTEMUNHA 2:

NOME:
RG/CPF:
IDADE:
ESTADO CIVIL:
PROFISSÃO:
ENDEREÇO
TELEFONE:

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de solicitação de Medidas Protetivas de Urgência pela requerente que são verdadeiros os fatos relatados descrevendo situação de violência doméstica e familiar.

Local e data _____ / _____

Testemunha

Testemunha